

Criticismo e fenomenologia: da epistemologia de Kant à fenomenologia de Husserl

Criticism and phenomenology: from Kant's epistemology to Husserl's phenomenology

Luís Carlos da Silva Brasil Pereira

Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Feira de Santana (FCFS)

freiluisofmcap@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/5864790453218033>

Resumo

Dentre tantos pensadores da filosofia moderna e contemporânea, destaco nesta pesquisa Immanuel Kant com a sua corrente de pensamento voltada para a questão das condições de possibilidades do conhecimento no sujeito: o criticismo; e Edmund Husserl, que inaugura o pensamento contemporâneo através do desenvolvimento do método fenomenológico. Os referidos autores produziram vastos argumentos a fim de compreender como o sujeito apreende na sua consciência a realidade concreta. O ponto central desta pesquisa é entender de que modo a produção epistemológica de Kant favoreceu o desenvolvimento da fenomenologia de Husserl.

Palavras-chave: Epistemologia. *A priori*. *A posteriori*. Consciência. *Epoché*.

Abstract

Among the many thinkers of modern and contemporary philosophy, I highlight Immanuel Kant in this research with his line of thought focused on the question of the conditions of possibility of knowledge in the subject: criticism; and Edmund Husserl, who inaugurates contemporary thought through the development of the phenomenological method. These authors have produced extensive arguments in order to understand how the subject apprehends concrete reality in their consciousness. The central point of this research is to understand how Kant's epistemological production favored the development of Husserl's phenomenology.



Keywords: Epistemology. A priori. A posteriori. Consciousness. Epoché.

1 Introdução

Buscar compreender a origem do conhecimento e como o seu processo acontece é uma atividade intelectual que vem desde os primeiros filósofos na Grécia e nos alcança no hoje da nossa existência. Tais questões são importantes para compreendermos o próprio “homem” enquanto ser pensante e consciente. Portanto, o que impulsiona a investigação desta pesquisa é entender a passagem do pensamento criticista para a fenomenologia e como Husserl reabre a discussão filosófica ao contrapor-se à epistemologia kantiana.

Nesta pesquisa apresentamos a proposta filosófica de Immanuel Kant e Edmund Husserl, buscando, através de suas investigações, entender o seguinte problema: como a filosofia de Kant contribui para a formação da fenomenologia de Edmund Husserl?

Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão que exerceu grande influência no pensamento ocidental. Ele é conhecido por suas contribuições em áreas como ética, metafísica, epistemologia e estética. Kant acreditava que todo conhecimento humano começa com a experiência sensorial e que é por meio do raciocínio que transformamos essa experiência em conhecimento científico. Em suma, Kant defendeu a importância da razão, da moralidade universal e da experiência sensorial como base do conhecimento científico. Seu pensamento influencia até hoje a filosofia e outras áreas do conhecimento.

Estruturamos esta pesquisa a fim de alcançarmos o seguinte objetivo: compreender a Teoria do Conhecimento elaborada por Immanuel Kant quanto aos limites da cognição humana na construção da realidade. Simultaneamente, investigar como Edmund Husserl constrói a sua proposta epistemológica a partir da crítica ao psicologismo, dando origem a uma nova corrente de pensamento filosófico que pretende reabrir a investigação filosófica quanto ao processo de conhecer: a fenomenologia.

No intento de responder o que nos foi problematizado e atingir o objetivo desta pesquisa, elaboramos três objetivos específicos: i) compreender a base conceitual da epistemologia kantiana; ii) investigar como o pensamento kantiano influencia a fenomenologia de Edmund Husserl; iii) entender como Husserl, a partir da proposta fenomenológica, reabre a discussão epistemológica da origem do conhecimento no sujeito.

Deste modo, a fenomenologia, como um movimento filosófico que surgiu na Alemanha no início do século XX, liderado pelo filósofo Edmund Husserl, busca descrever a experiência humana



de forma direta e imediata, sem pressupor verdades prévias ou teóricas. Husserl propôs que a fenomenologia deveria examinar a consciência, a maneira como percebemos o mundo e como damos sentido ao que percebemos.

Diante do tamanho dos problemas epistemológicos investigados por Kant e Husserl, elaboramos a seguinte hipótese: Immanuel Kant, ao desenvolver a obra intitulada *Crítica da Razão Pura*, elaborou um complexo sistema filosófico que se esbarrou em uma aporia ao afirmar que existe um limite na razão que o impossibilita de compreender o que está para além do fenômeno, a coisa em si. Na contramão do pensamento kantiano, surge a fenomenologia de Husserl, que contrapõe os argumentos kantianos, se utilizando dos seus próprios conceitos fundamentais.

Husserl desenvolveu uma técnica chamada Redução Fenomenológica, que consiste em suspender todas as visões e teorias anteriores para focar na experiência direta da consciência. Ele também enfatizou a importância de descrever com precisão a experiência e a necessidade de distinguir claramente entre a própria experiência e nossas interpretações.

Deste modo, a fenomenologia de Husserl influenciou diversos campos do conhecimento, principalmente a psicologia e a sociologia, que passaram a adotar uma abordagem empática e subjetiva. A obra de Husserl também teve grande impacto em filósofos como Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty, que continuaram e desenvolveram suas ideias.

Assim sendo, para fundamentar a nossa pesquisa, nos utilizamos de algumas obras clássicas e artigos científicos, tais quais: *Crítica da Razão Pura* (Immanuel Kant); *Compreender Kant* (George Pascal); *Investigações Lógicas* (Edmund Husserl); *Compreender Husserl* (Natalie Depraz).

2 Condições de possibilidades do conhecimento

Ao iniciarmos nossa jornada na busca pela compreensão do pensamento de Immanuel Kant, faz-se oportuno entendermos que um dos seus grandes influenciadores que o despertou de seu sono dogmático foi o inglês David Hume. Ao se interessar pelas obras de Hume, Kant foi levado a repensar toda a tradição metafísica e elaborar os seus escritos críticos, abordando de forma ampla e sistemática a questão da possibilidade da metafísica como ciência. Afirma Kant (1959):

Confesso abertamente haver sido a advertência de David Hume que, já lá vão muitos anos, pela primeira vez me despertou de meu sono dogmático e incutiu a minhas pesquisas no domínio da filosofia especulativa orientação inteiramente diferente. (KANT, p. 28)



Este despertar do sono dogmático se deu justamente pelo fato de que, até então, as investigações filosóficas giravam em torno de uma discussão metafísica puramente especulativa. Nesta perspectiva, muitos pensadores tentaram discursar sobre o “ser” e as “essências” das coisas. Questão que, mais tarde, Edmund Husserl irá retomar na sua proposta fenomenológica de acesso ao conhecimento da realidade.

A partir do esforço intelectual e diversidades das respostas que divergiam entre si a filosofia foi colocada numa situação amplamente controversa. “O empirismo cético de Hume e, em particular, a sua crítica da noção de causalidade, tornava incertas as posições do racionalismo dogmático” (PASCAL. 2007, p. 30).

Com efeito, contrário ao pensamento clássico acerca da origem do conhecimento, Immanuel Kant (1724-1804) se ergue como um divisor de águas para a filosofia. O seu sistema filosófico se destaca pela complexidade de seus conceitos, ousadia da sua investigação e extraordinária capacidade linguística para equilibrar o racionalismo e o empirismo no que tange à questão da origem do conhecimento e se de fato é possível conhecer.

Embora Kant tenha se empenhado em resolver tais problemas filosóficos em sua época, será posteriormente a sua vez de ter a sua produção filosófica problematizada. Husserl irá discordar de Kant no que concerne a relação entre sujeito e objeto na produção do conhecimento no sujeito.

Contudo, o criticismo kantiano tem por objetivo favorecer o diálogo equilibrado entre a doutrina racionalista¹ em detrimento dos argumentos empiristas², a fim de que cheguemos à possibilidade de solucionarmos o problema acerca da origem do conhecimento, há tempos discutido. Assim sendo, o ponto de partida para uma nova teoria epistemológica encontra-se na descoberta de um ponto do qual as duas tradições se convirjam.

Tendo vivido em um período de efervescência da ciência (século XVIII) e compreendido as duas correntes acima citadas, Kant, na introdução da *Crítica da Razão Pura*, inicia a sua investigação realçando a importância da experiência para a aquisição do conhecimento. É, portanto, a partir da experiência sensível que o homem é capaz de apreender informações sobre os objetos a sua volta. Sobre este assunto, afirma Kant (1959):

¹Hegel foi o primeiro a caracterizar como racionalismo a corrente que vai de Descartes a Spinoza e Leibniz, opondo-o ao empirismo de origem lockiana. [...] O racionalismo filosófico designa propriamente a doutrina de Kant (que adotou esse termo), ou então a corrente metafísica da filosofia moderna, de Descartes a Kant (Abbagnano, 2007, p. 822).

²Corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma da verdade. [...] O empirismo não se opõe à razão ou não a nega, a não ser quando a razão pretende estabelecer verdades necessárias, que valham em absoluto, de tal forma que seria inútil ou contraditório submetê-las a controle (Abbagnano, 2007, p. 326).



Que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, não há dúvida alguma, pois, do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações [...]. Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela. (KANT, p. 53)

Diante do que Immanuel Kant nos apresenta, é de algum modo notório que conhecer significa apreender em nossa consciência representações de objetos que estão para serem conhecidos. Ou seja, segundo esta corrente de pensamento, o sujeito está para apreender os objetos, bem como os objetos estão para serem apreendidos pela consciência. Através deste pensamento, concluímos que todo conhecimento da nossa consciência é na realidade uma imagem (ideia³) dos objetos (formas⁴). Afirma Kant (1959):

Portanto, “sejam quais forem a maneira e os meios pelos quais um conhecimento possa relacionar-se com objetos, o modo pelo qual o conhecimento se relaciona imediatamente a eles, e ao qual todo pensamento visa como a um meio (para atingi-lo), é a intuição (KANT, p. 83)”.

Contrário aos teóricos do empirismo, os racionalistas defendem a existência de ideias inatas, ou seja, todo homem desde o nascimento traz consigo algum conhecimento em seu aparato cognitivo. Kant, porém, mesmo não sendo adepto do inatismo, compreende que “embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência” (KANT, 1959, p. 53.), ou seja, tanto a razão quanto a experiência tornam-se fundamentais para a aquisição de conhecimento.

Se o conhecimento é fruto da relação entre sujeito e objeto, e dessa relação é gerada em nossa consciência uma representação⁵ do objeto apreendido, logo, existe em nossa consciência algo preexistente que recebe e determina aquilo que afeta o nosso aparelho sensorial.

³ Este termo foi empregado com dois significados fundamentais diferentes: 1 como a espécie única intuível numa multiplicidade de objetos; 2S como um objeto qualquer do pensamento humano, ou seja, como representação em geral. No primeiro significado, essa palavra é empregada por Platão e Aristóteles, pelos escolásticos, por Kant e outros (ABBAGNANO, 2007, p. 524).

⁴ Essa distinção entre matéria e F. foi o ponto de partida de toda a filosofia kantiana, mas Kant nunca alterou o significado de F., que continuou sendo relação ou conjunto de relações, isto é, ordem. Escreveu em Prolegômenos (§ 17): "O elemento formal da natureza é a regularidade de todos os objetos da experiência." Analogamente, a forma dos princípios morais é a simples relação na qual uma lei se encontra com os seres racionais, ou seja, sua validade para todos esses seres, sua universalidade (Crít. R. Prática, § 4). A partir de Kant o sentido dessa palavra nunca deixou de ser o de relação generalizável, ordem, coordenação ou, mais simplesmente, universalidade. Nesse sentido, Kant distinguiu matéria e forma no conceito: "A matéria do conceito é o objeto; a forma. dele é a universalidade" (ABBAGNANO, 2007, p. 469).

⁵ Representação quer dizer síntese do que se apresenta (DELEUZE, 1963, p. 22).



Todavia, não faz sentido argumentarmos a respeito da dinâmica do conhecer, superestimando a experiência como a única capaz de produzir conhecimento por si. Na verdade, para a produção de conhecimento, faz-se necessário que a experiência seja recepcionada por um aparato cognitivo capaz de entender o que a sensibilidade absorveu.

Sendo assim, razão e experiência são profundamente importantes para a aquisição de conhecimento em uníssono. Portanto, Immanuel Kant não se limita somente aos argumentos epistemológicos construídos e bem elaborados pelos empiristas e racionalistas de modo isolado. O problema da possibilidade do conhecimento leva-nos a uma investigação do sujeito transcendental, ou seja, sobre a possibilidade do sujeito conhecer e quais são os limites do conhecimento.

2.1 Teoria transcendental: a gênese do conhecimento no sujeito

Como vimos anteriormente, no século XVIII a ciência evolui como sem precedentes justamente pelo fato de que ela se apresentava como absoluta em sua capacidade de explicar a realidade concreta por meio de suas disciplinas, bem como a física, a química, a biologia, dentre outras. No novo sistema epistemológico, proposto por Immanuel Kant, encontramos uma análise mais rigorosa⁶ e detalhada do problema ao qual nos propomos a compreender.

Nesta perspectiva, se queremos entender a questão da possibilidade da filosofia como ciência, faz-se necessário que caminhemos em direção à questão central da investigação epistemológica kantiana. Partiremos, por conseguinte, da investigação minuciosa de proposições (asserção afirmativa ou negativa, declarativa e com valor de verdade) e as classificaremos, a fim de que possamos ter maior clareza do que diferencia uma afirmação filosófica da ciência.

Daqui por diante, compreenderemos a escalada para a compreensão da origem do conhecimento a partir de dois termos amplamente utilizados na epistemologia kantiana, a saber: *a priori*⁷ e *a posteriori*⁸. Assim sendo, por “conhecimentos *a priori* entenderemos não os que ocorrem de modo independente desta ou daquela experiência, mas absolutamente independente de toda a experiência” (KANT, 1959, p. 54).

⁶Portanto, é pelo menos uma questão que requer uma investigação mais pormenorizada e que não pode ser logo despachada devido aos ares que ostenta, a saber se há um tal conhecimento independente da experiência e mesmo de todas as impressões dos sentidos (KANT, 1959, p. 53).

⁷ A priori é toda proposição universal e necessária: “a necessidade e a universalidade rigorosa são, pois, indicações certas de um conhecimento a priori, e, ademais, são inseparáveis” (PASCAL, 2007, p. 37).

⁸ A experiência nos permite constatar que uma realidade nos é dada de tal ou tal maneira; mas não nos diz por que ela nos é dada assim, e não de outra maneira; por isso a experiência não pode dar origem senão a proposições contingentes (PASCAL, 2007, p. 37).



Ao relacionarmos proposições epistemológicas e proposições lógicas, compreendemos que proposições sintéticas tendem a ser sempre *a posteriori*, pois dependem da experiência para serem constatadas. O sujeito “A” é o predicado “B”. Contudo, “B” não é um atributo contido em “A”. Ou seja, as proposições sintéticas tendem a produzir conhecimento à medida que o predicado sempre acrescenta algo ao sujeito.

Por outro lado, as proposições analíticas parecem tender a ser sempre *a priori*, pois independem da experiência. O sujeito “A” é o predicado “B”. Entretanto, “B” está contido no conceito de “A”. Assim sendo, as proposições analíticas são, por consequência, tautológicas, uma espécie de redundância linguística que não produz conhecimento novo, pois encerram em si mesmas. Afirma Kant (1959):

Necessidade e universalidade rigorosa são, portanto, seguras características de um conhecimento *a priori* e também pertencem inseparavelmente uma à outra. Mas como no uso desses critérios é às vezes mais fácil mostrar a limitação empírica dos juízos do que sua contingência, ou às vezes mais convincentes fazer ver a universalidade ilimitada que lhe atribuímos do que sua necessidade, é aconselhável servir-se separadamente de ambos os critérios, que são cada um por si infalíveis (KANT, p. 55).

A partir desta perspectiva, nos resta questionar se a filosofia trabalha com proposições necessárias, universais (*a priori*) e sujeitas à experiência (sintético), de modo a garantir-lhe a sobrevivência e a condição de ciência. A questão central levantada por Kant é a possibilidade de um conhecimento filosófico que seja sintético (capaz de acrescentar conhecimento), mas que carregue consigo o caráter *a priori* (necessidade e universalidade).

2.2 É possível um conhecimento sintético *a priori*?

Kant argumenta, ainda, que existem conhecimentos sintéticos *a priori*, ou seja, conhecimentos que não dependem da experiência para serem formulados, mas que não são meras verdades lógicas ou tautológicas. Esses conhecimentos são possíveis porque a mente humana possui certas estruturas ou categorias *a priori*, que são condições necessárias para que possamos ter qualquer experiência ou conhecimento empírico. Essas categorias são universais e necessárias, e não podem ser derivadas a partir da experiência. Em outras palavras, elas são inatas e fazem parte da estrutura da mente humana. Como caracteriza Kant (1959):

“[...] o nosso ponto de partida será que esse conhecimento racional sintético, porém puro, efetivamente existe; mas, em seguida, temos de investigar o fundamento desta possibilidade e perguntar como é possível esse conhecimento, para que



possamos determinar, a partir dos princípios de sua possibilidade, as condições de seu uso, sua extensão e seus limites. O verdadeiro problema, do qual tudo depende, expresso com precisão escolástica é, portanto, o seguinte: Como são possíveis proposições sintéticas a priori? [...] tratando-se aqui apenas da metafísica e de suas fontes, espero que, depois do que foi dito [...], sempre se lembrem de que, quando falamos aqui de conhecimento por razão pura, não se trata nunca do conhecimento analítico mas unicamente do conhecimento sintético. Da solução desse problema depende a permanência ou a queda da metafísica, por conseguinte, toda a sua existência.” (KANT, p. 276).

Assim, para Kant, alguns exemplos de conhecimentos sintéticos *a priori* incluem as leis da matemática e da geometria, bem como as leis da causalidade e da substância na natureza. Esses conhecimentos são sintéticos porque acrescentam algo novo ao sujeito que não pode ser deduzido a partir da definição do conceito, e são *a priori* porque se independem da experiência empírica. Esclarece-nos esta questão, Mario Porta (2007):

Sabemos que conhecimento a priori implica necessidade. O problema de fundar a possibilidade de tal tipo de saber consiste, basicamente, em fundar esta necessidade. Agora, que significa “necessidade”? Alguns contemporâneos de Kant se colocaram esta pergunta e conseguiram responder de um modo preciso o que é necessidade lógico-formal. Para entender sua resposta, temos que levar em consideração algumas definições. 1. Uma contradição se produz quando afirmo e nego a mesma coisa, ou seja, digo: “A é não A” (ou, por exemplo: “Chove e não chove”). 2. O princípio de contradição é um princípio da lógica clássica que diz: nada pode ser e não ser ao mesmo tempo e sob a mesma relação (ou: um juízo não pode ser verdadeiro e falso). 3. Algo é possível quando não implica contradição. 4. Algo é impossível quando implica contradição. 5. Algo é necessário quando sua negação é impossível ou implica contradição (PORTA, p. 114).

Kant não pretende provar a existência de conhecimentos sintéticos *a priori* de maneira empírica, como se fosse possível demonstrar esses conhecimentos por meio de experimentos ou observações, pois “há juízos sintéticos *a posteriori*, cuja origem é empírica; mas também há os que são certos *a priori* e provêm do puro entendimento e da razão” (KANT, 1959, p. 267). Pelo contrário, Kant argumenta que a existência de conhecimentos sintéticos *a priori* é uma condição necessária para que possamos ter qualquer experiência empírica. De acordo com Mario Porta (2007):

Como são possíveis juízos sintéticos a priori? Perguntar “Como são possíveis juízos sintéticos a priori?” Perguntar como são possíveis juízos que, enquanto a priori, são necessários, ainda que, enquanto sintéticos, não são logicamente necessários. O problema teórico de Kant é basicamente explicar a fonte de uma necessidade que não é lógico-formal (ou seja, que não se baseia no princípio da contradição) e que, portanto, não é “analítica”, mas “sintética” (PORTA, p. 116).



Em outras palavras, Kant parte do pressuposto de que a mente humana possui certas estruturas *a priori*, como as categorias ou formas do entendimento, que são condições necessárias para termos qualquer conhecimento empírico. Essas estruturas são universais e necessárias, e não podem ser derivadas a partir da experiência. Como caracteriza Cassirer (1993):

O fato de ela [a geometria], por conta de tais postulados [que envolvem as relações analógicas da geometria pura com as experiências físicas], somente ser satisfeita com conteúdos empíricos não significa de modo algum que esteja logicamente fundada precisamente nesse conteúdo. A ordem universal do número e a geometria universal, como ciência das “possíveis” formas espaciais, já precisam existir anteriormente para que determinada ordem física de medição possa se constituir (CASSIRER, p. 716).

Kant argumenta que as verdades matemáticas e lógicas são sintéticas *a priori*, ou seja, acrescentam algo novo ao sujeito que não pode ser deduzido a partir da definição do conceito, mas são conhecidas independentemente da experiência. Para ele, isso demonstra que existem conhecimentos sintéticos *a priori* que são universais e necessários.

2.3 A revolução copernicana

Deste modo, enquanto alguns pensadores estavam preocupados em compreender como o ser humano entende o mundo, Kant, no que lhe concerne, propõe uma revolução copernicana⁹, ao passo que pretende buscar compreender como o mundo é percebido pelo ser humano. Assim sendo, o conhecimento continua a ser compreendido a partir de uma relação, todavia, não mais como se compreendera. Sobre esta revolução copernicana, afirma Deleuze (1963):

A idéia fundamental do que Kant denomina a sua “revolução copernicana” consiste no seguinte: substituir a idéia de uma harmonia entre o sujeito e o objeto (acordo final) pelo princípio de uma submissão *necessária* do objeto ao sujeito. [...] a primeira coisa que a revolução copernicana nos ensina é que somos nós que comandamos (DELEUZE, p. 21-22).

Agora, o sujeito é colocado no centro da questão, enquanto os objetos a serem conhecidos orbitam em torno do sujeito. É a partir desta virada no pensamento epistemológico que surge uma das questões centrais da filosofia de Immanuel Kant: quais as condições de possibilidades do conhecimento?

⁹Nicolau Copérnico (1473-1543) foi quem promoveu uma nova proposta que revolucionou a astronomia de sua época, o heliocentrismo (nota do autor).



A forma como nós percebemos o mundo difere da forma como os animais o percebem. Tanto os animais, quanto os homens entre si, podem enxergar de maneiras distintas a mesma coisa. Assim sendo, como podemos conhecer a coisa como ela realmente é se estas mesmas coisas não nos são mostradas? “Em Kant, o problema da relação do sujeito e do objeto tende, pois, a interiorizar-se: converte-se no problema de uma relação entre faculdades subjetivas que diferem em natureza (sensibilidade receptiva e entendimento ativo)” (DELEUZE. 1963, p. 22).

2.4 Sensibilidade e entendimento

Nesta perspectiva, Immanuel Kant elabora uma doutrina transcendental dos elementos, de modo a nos fazer compreender a origem do conhecimento no sujeito a partir da compreensão dos conceitos de sensibilidade e entendimento, conduzindo-nos ao grau mais elevado da nossa capacidade racional que são os conceitos. Ainda sobre os conceitos de sensibilidade e entendimento, colabora conosco Georges Pascal (2007):

É com base na clássica distinção dos filósofos antigos entre objetos sensíveis (*aisthèta*) e objetos inteligíveis (*noèta*) que Kant estabelece a sua distinção entre *sensibilidade* e *entendimento*. A sensibilidade (em grego: *aísthèsis*, donde o título Estética) é a faculdade das intuições; o Entendimento (em grego: *lógos*, donde Lógica) é a faculdade dos conceitos (PASCAL, p. 49).

Compreendemos com Kant que a capacidade de retermos em nossa consciência representações perpassa o caminho da sensibilidade: “a capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se sensibilidade” (KANT, 1959, p. 71). Os objetos que nos são dados assim os são pela sensibilidade que produz em nós intuições.

Por outro lado, toda informação que a sensibilidade absorve dos objetos é elevada a outra faculdade, o entendimento. Doravante, toda a informação apreendida pela consciência nos possibilita pensar e daí formarmos conceitos: “todo pensamento, contudo, quer diretamente, quer por rodeios, através de certas características, finalmente tem de referir-se a intuições” (KANT, 1959, p. 71).

2.5 As formas puras da sensibilidade (tempo e espaço)

Agora nos deparamos com o ponto fulcral da investigação de Immanuel Kant que posteriormente será problematizado por Husserl em sua fenomenologia: é possível conhecermos a realidade nela mesma? Para explicar esta questão, Kant revisita a tradição grega e se embasa nos



conceitos de *númeno*¹⁰ e *fenômeno*¹¹. Deste modo, Kant percebe que nós não podemos ter acesso à “coisa em si”, realidade em si (*númeno*), pois todos os objetos que “conhecemos” já passaram por nosso aparato cognitivo e nele já sofreram transformações em nossa consciência. Por outro lado, o que conhecemos é o *fenômeno*, a maneira como os objetos nos são mostrados.

A compreensão da explicação kantiana, referente a tal questão, nos leva a entender como funciona a cognição humana na absolvição do conhecimento dos objetos. A cognição humana é constituída de duas faculdades, sensação e intelecto, as duas funcionam como uma espécie de filtro, ou seja, tudo o que conhecemos passou por nosso aparelho cognitivo e chegou a nossa consciência da forma como nós vemos e sentimos.

Portanto, existe algo (*númeno*, coisa em si, realidade em si) de puro ao qual nós não temos acesso direto, pois o que nos foi dado (fenômeno) já passou pelo filtro da nossa cognição. Deste modo, podemos afirmar que, segundo Kant, há uma “coisa” antes de ser captada por nossa cognição e um objeto gerado depois que a nossa cognição apreende tal fenômeno.

Immanuel Kant dá um salto na compreensão do funcionamento do aparato cognitivo humano quando sugere que o “espaço¹²” e o “tempo¹³” não são características da realidade, mas da cognição humana. Ou seja, espaço e tempo são estruturas da sensibilidade que acontecem na nossa mente e não fora dela. Tudo o que nós podemos pensar e conhecer está dentro desta estrutura espaço-temporal. Afirma Pascal (2007):

Que são, então, espaço e tempo? Dever-se-á considerá-los, com Newton, como seres reais, ou realidades absolutas que existem independentemente de todo conteúdo? Ou diremos, com Leibniz, que espaço e tempo são meramente relativos, sendo o espaço a ordem das coexistências e o tempo, e o tempo a ordem das sucessões? Kant rejeita uma e outra tese, mostrando que o espaço e o tempo dependem unicamente da forma de nossa intuição, da construção subjetiva de nosso espírito (PASCAL, p. 52).

¹⁰ Este termo foi introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a coisa em si (v.). Na dissertação de 1770, Kant diz: "O objeto da sensibilidade é o sensível; o que nada contém que não possa ser conhecido pela inteligência é o inteligível. O primeiro era chamado de fenômeno pelas escolas dos antigos; o segundo, de númeno." (ABBAGNANO, 2007, p. 718).

¹¹ Segundo Kant, o fenômeno é, em geral, o objeto do conhecimento enquanto condicionado pelas formas da intuição (tempo e espaço) e pelas categorias do intelecto. Diz: "fenômeno é o que não pertence ao objeto em si mesmo, mas se encontra sempre na relação entre ele e o sujeito, e é inseparável da representação que este tem dele (ABBAGNANO, 2007 p. 437).

¹² O espaço não é um conceito empírico derivado de experiências exteriores. Com efeito, para que certas sensações possam ser referidas a alguma coisa fora de mim (isto é, a uma coisa situada em outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e, da mesma forma, para que eu possa representar-me as coisas como fora e ao lado uma das outras e, por conseguinte, como sendo não só diferentes, mas situadas em lugares diferentes, é preciso que a representação do espaço já esteja posta como fundamento (PASCAL, 2007, p. 52-53).

¹³ O tempo não é algo que subsistisse por si mesmo ou inerisse às coisas como determinação objetiva e, portanto, sobrasse, abstração feita de todas as condições subjetivas da intuição das mesmas... O tempo outra coisa não é senão a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso interior (PASCAL, 2007, p. 57).



Do mesmo modo, a realidade como conhecemos não é a realidade pura, mas como o nosso aparato cognitivo apreendeu as coisas através da intuição. É no espaço e tempo que estão as condições de possibilidades da sensação humana. Ou seja, somos incapacitados de conhecer a realidade nela mesma, pois tudo o que conhecemos já passou pela sensação e intelecto, pelo espaço e tempo. Assim sendo, diferindo claramente Kant dos racionalistas e empiristas, podemos afirmar que só conhecemos o mundo como ele nos é mostrado, não necessariamente como ele é.

Por sermos constituídos de um aparato cognitivo que nos permite conhecer através das experiências sensoriais, torna, tanto a experiência quanto a razão, peças fundamentais no processo de conhecer. Deste modo, Kant percebe que o pensamento filosófico, desde os antigos até os de seu tempo, gira em torno de três conceitos fundamentais: alma, mundo e Deus (sujeito cognoscente, objeto apreendido pela razão e ideia reguladora que orienta a razão).

3 A influência do kantismo para o desenvolvimento da fenomenologia

Após Kant, a filosofia reservou-nos muitos desenvolvimentos e influências, incluindo algumas escolas filosóficas e importantes correntes de pensamento. No entanto, uma das maiores influências do kantismo no desenvolvimento da filosofia epistemológica foi a fenomenologia. “Considerando o aprofundamento da idéia de subjetividade proposta por Husserl, e a adoção, para tanto, do termo “transcendental”, o que se poderia esperar mais do que uma referência a Kant?” (DEPRAZ, 2008, p. 13).

A fenomenologia, desenvolvida por Edmund Husserl, baseou-se na ideia central kantiana de que o conhecimento começa com a experiência do sujeito e seus pensamentos: “com efeito, o empirismo é o cavalo de batalha contra o qual Husserl constrói sua análise das vivências gerais da consciência” (DEPRAZ, 2008, p. 15).

Husserl aprofundou essa ênfase na experiência subjetiva e na investigação da natureza do conhecimento, buscando descrever os fenômenos tais como aparecem à consciência do sujeito. Natalie Depraz (2008), em um dos tópicos da obra *Compreender Husserl*, intitulado, uma filosofia voltada para o sujeito, afirma:

Nas meditações metafísicas, Descartes se dedica a um empreendimento sem precedente na história da filosofia: trata-se de obter para as ciências um fundamento que não mais seja da ordem ontológica da natureza ou do cosmos, como é o caso na Antiguidade, ou tampouco de tipo divino, como à época Medieval, mas cujo lugar seja ocupado pelo próprio sujeito (DEPRAZ, p. 12).



A fenomenologia, portanto, agrega ao conhecimento epistemológico ao estudar a consciência como responsável pela produção dos objetos percebidos e a constituição de todo significado. “Para Husserl, toda ciência deve ser antecedida por uma investigação *eidética* que defina a essência ou estrutura necessária do objeto” (HUSSERL, 1980, p. 11), podendo também ser caracterizada pela sua metodologia rigorosa, que utiliza a redução fenomenológica¹⁴ para acessar a essência dos fenômenos, identificando, assim, as estruturas fundamentais do sujeito cognoscente. Sobre o conceito de fenomenologia, afirma Lalande (1999):

Estudo descritivo de um conjunto de fenômenos, tal como eles se manifestam no tempo ou no espaço, por oposição quer às leis abstratas e fixas destes fenômenos, quer à realidade transcendente de que seriam a manifestação, quer à crítica normativa da sua legitimidade (LALANDE, p. 397).

Deste modo, a redução fenomenológica é um processo que suspende as atitudes, crenças, teorias e o conhecimento das coisas do mundo exterior para transformar tudo o que é informado pelos sentidos em uma experiência da consciência. Este é um conceito muito importante para a filosofia transcendental de Husserl e envolve a intencionalidade da consciência que se dirige para o objeto.

“A fenomenologia é uma descrição da estrutura específica do *fenômeno* (fluxo imanente de vivências que constitui a consciência) e, como descrição de estrutura da consciência enquanto constituinte, isto é, como condição *a priori* de possibilidade do conhecimento, o é na medida em que ela, enquanto Consciência Transcendental, constitui as significações e na medida em que conhecer é pura e simplesmente apreender (no nível empírico) ou instituir (no nível transcendental) os significados dos acontecimentos naturais e psíquicos. A fenomenologia aparece, assim, como filosofia transcendental.” (HUSSERL, 1980, p. 7).

A influência do kantismo na fenomenologia pode ser vista, portanto, a partir da ênfase na subjetividade e na experiência direta, e na preocupação com a fundamentação do conhecimento na consciência do sujeito. “O que interessa Husserl é o estudo da relação entre percepção e percebido. O percebido se refere sempre a algo percebido: o objeto percebido” (BELLO, 2004, p. 51).

A fenomenologia também elaborou muitos conceitos e categorias que foram desenvolvidos a partir dos conceitos kantianos, como a intencionalidade, a consciência transcendental e a *noema*¹⁵.

¹⁴ A redução fenomenológica ou *epochê* (dos cétricos gregos antigos) é uma “operação pela qual a existência efetiva do mundo exterior é ‘posta entre parênteses’, para que a investigação se ocupe apenas com as operações realizadas pela consciência, sem que se pergunte se as coisas visadas por ela existem ou não realmente”; a redução “suspende a tese natural do mundo (do grego *thésis*, posição, aceitação)” (Husserl, 1980, p. 11).

¹⁵ Na terminologia de Husserl, o aspecto objetivo da vivência, ou seja, o objeto considerado pela reflexão em seus diversos modos de ser dado (p. ex., o percebido, o recordado, o imaginado). O N. é distinto do próprio objeto, que é a



A fenomenologia, assim como o kantismo, segue sendo uma corrente filosófica influente, principalmente em outras áreas como a psicologia, a antropologia e as ciências cognitivas.

Portanto, compreender a origem do pensamento de Edmund Husserl, no que tange a questão da fenomenologia, é de suma importância que entendamos o problema por si investigado e a sua resposta às questões levantadas, pois a epistemologia elaborada por Husserl carrega em seu bojo características que contrapõem o pensamento do seu antecessor, Immanuel Kant.

Por isso, é fundamental que, após termos compreendido os fundamentos da epistemologia kantiana, possamos nos voltar para a crítica de Husserl a Kant, a fim de entendermos como a fenomenologia ganha força e vigor, tornando-se uma das principais teorias filosóficas da contemporaneidade.

3.1 Crítica de Husserl a epistemologia de Kant

Husserl, em sua maturidade, passa a ser crítico ao psicologismo. Nesta vertente, a proposta fenomenológica toma vigor e se projeta enormemente. Afirma Husserl: “parti [em minhas obras iniciais] da convicção imperiosa de que tanto a lógica em geral como a lógica das ciências dedutivas deveria esperar a sua clarificação filosófica da psicologia” (HUSSERL, 1980, p. 6).

A partir desta perspectiva, agora torna-se ainda mais evidente o problema ao qual intentamos investigar e do qual discutiremos nas próximas linhas: como Husserl, a partir da fenomenologia, irá se posicionar epistemologicamente diante da dualidade kantiana que divide a realidade em duas partes? Sendo que de uma das partes somos privados de conhecer.

“Após ter aderido [...] ao que posteriormente classificou por «psicologismo», Husserl veio a reagir violentamente contra tal doutrina” (PAISANA, 1992, p. 22). É, portanto, nesta ceara que Edmund Husserl tece algumas críticas à epistemologia de Immanuel Kant. A teoria do conhecimento de Kant, portanto, baseada na distinção entre fenômeno e “coisa em si”, não é capaz de fornecer uma fundamentação sólida para a ciência e a filosofia. Sobre este movimento de retorno, afirma Natalie Depraz (2008):

A revolução copernicana operada por Kant, segundo a qual o objeto doravante gira em torno ao sujeito, e não o inverso, tem por consequência que o sujeito se torna o pólo absoluto em torno ao qual gira todo objeto cognoscível; segundo Husserl, concedeu-se, dessa forma, demasiado à subjetividade, em detrimento do aparecer da coisa em sua constituição ôntica mesma. A contrário, Husserl insiste no fato de

coisa; p. ex., o objeto da percepção da árvore é a árvore, mas o N. dessa percepção é o complexo dos predicados e dos modos de ser dados pela experiência: p. ex., árvore verde, iluminada, não iluminada, percebida, lembrada, etc (ABBAGNANO, 2007, p. 724).



que a coisa se dá ela mesma a mim. Ele assim restitui à realidade objetiva sua parte na constituição do conhecimento, lá onde Kant assevera o poder absoluto do Eu da apercepção, única fonte do sentido, a constituir a objetividade. (DEPRAZ, p. 14-15).

Husserl acreditava que a psicologia empírica se limitava a descrever apenas os aspectos superficiais da mente. Pois, a fragilidade do psicologismo está estritamente ligada ao fato de que ela “não consegue resolver o problema fundamental da teoria do conhecimento, ou seja, o problema de como é possível alcançar a objetividade” (HUSSERL, 1980, p. 6).

Nesta perspectiva, como poderia Kant afirmar categoricamente a existência de uma realidade extra cognitiva, sendo que tal afirmação é gerada da razão cognoscente? Este é o problema levantado por Husserl: “como é possível que o sujeito cognoscente alcance, com certeza e evidência, uma realidade que lhe é exterior e cuja existência é heterogênea à sua?” (HUSSERL, 1980, p. 6). Bem como, comportamentos observáveis e reações físicas.

De acordo com Husserl, essa abordagem psicologista de Kant limita nossa compreensão da razão ao contexto individual e subjetivo, impedindo-nos de alcançar um conhecimento objetivo e universal. “Chamamos psicologismo a toda teoria que, de um modo ou de outro, reduza a significação (e as “idealidades” em geral) a uma entidade psicológica, vivência (*Erlebnis*) ou representação (*Vorstellung*)”. (PORTA, 2007, p. 174)

Husserl defende uma perspectiva fenomenológica que busca uma compreensão mais pura e imparcial do conhecimento, livre de influências subjetivas. Deste modo, o psicologismo de Kant possui uma falha fundamental que compromete o projeto filosófico de buscar uma base sólida para o conhecimento verdadeiro. Por isso, “a primeira tarefa da filosofia [é] a elaboração de uma teoria do conhecimento. Mas, [...] a filosofia só poderia levar a cabo tal tarefa se se apresentasse como fenomenologia” (PAISANA, 1992, p. 14)

Assim sendo, podemos afirmar que a principal crítica de Husserl a Kant é a sua concepção de que o conhecimento é mediado pela experiência sensível. Para Husserl, a experiência sensível é apenas uma das formas de acesso ao conhecimento, e não a única. Afirma Husserl (2008) na obra *A ideia da fenomenologia*:

Em todo caso, se a teoria do conhecimento quiser concentrar-se na possibilidade do conhecimento, tem de ter conhecimentos sobre possibilidades cognitivas que, como tais, são indubitáveis e, claro está, conhecimentos no sentido mais estrito, a que cabe a apreensibilidade, e acerca da “sua” própria possibilidade cognitiva, cuja apreensibilidade é absolutamente indubitável (HUSSERL, p. 22-23).



A partir desta nova perspectiva, Husserl compreende que “a fenomenologia pura ou transcendental não será fundada como ciência de fatos [como outrora], mas como ciência de essências (como ciência ‘eidética’); como uma ciência que pretende estabelecer exclusivamente ‘conhecimentos de essência’ e de modo alguns ‘fatos’[...]” (HUSSERL, 1980, p. 28).

Em contrapartida, ao que pensava Immanuel Kant, Husserl agrega à sua fenomenologia o fator fundamental da consciência que está sempre direcionada a algo. Sobre a questão da consciência, afirma Freire: “A consciência, para Husserl, [...] revela-se como algo que ultrapassa o nível empírico e surge como condição *sine qua non* do conhecimento, surge, portanto, como uma consciência transcendental” (CARVALHO, 2012, p. 4).

Husserl defende a existência de uma consciência transcendental, que é capaz de apreender diretamente as essências das coisas, independentemente da experiência sensível. Contudo, é perceptível aí uma referência direta à influência kantiana no pensamento de Husserl, pois “com Kant, a filosofia torna-se filosofia transcendental” (PORTA, 2007, p. 127). Afirma Natalie Depraz (2008):

Tanto um quanto o outro (Kant e Husserl) estão em busca da estruturas primárias apriorísticas da subjetividade, quer se trate de condições de possibilidade da experiência (formas a priori do espaço e do tempo/categorias) em Kant quer, para Husserl, da constituição da objetividade como doação de sentido ditada pelo ego. Nos dois casos, a orientação transcendental desempenha o papel de um método regressivo no qual ascendemos do sujeito dado à estrutura originária que lhe é inerente. A transcendental forma assim o horizonte comum aos dois métodos (DEPRAZ, p. 14).

Ainda no que tange a questão dos limites da razão humana, Husserl argumenta que a razão não é um limite absoluto para o conhecimento e que é possível transcender esses limites por meio da redução fenomenológica, este argumento desmorona com a conclusão da epistemologia kantiana e nos coloca diante de um método que permite o acesso as essências das coisas. Sobre esta redução proposta por Husserl, afirma Andréa Freire (2012):

Tendo como propósito de compreender o mundo como fenômeno, o mundo vivido de acordo com o autor, ou seja, mostrar como este se apresenta à nossa consciência e que é apreendido antes de fazermos qualquer reflexão sobre o mesmo, desenvolve o método chamado de “redução eidética”; redução esta que, segundo Husserl, nos possibilitará captar a essência do mundo como fenômeno (CARVALHO, p. 4).



A redução fenomenológica consiste em suspender temporariamente nossas crenças e pressuposições sobre o mundo e direciona nossa atenção para a experiência imediata das coisas. Este movimento, Mario Porta (2007) chama de período epistemológico:

No período epistemológico o discurso dos filósofos deixa de ser um discurso sobre objetos, passando a ser um discurso sobre o conhecimento dos objetos. A pergunta já não é mais conhecer o que há, dentro de que limites, de que forma, sob quais fundamentos (a experiência ou uma fonte não-empírica, a razão, a intuição pura, etc.), o que é a verdade etc.? (PORTA, p. 160-161).

É justamente neste aspecto que a proposta fenomenológica de Husserl ganha vigor e, ao contrapor a dualidade platônico-kantiana entre fenômeno e coisa em si, resgata a filosofia de uma aporia epistemológica e nos permite aprofundarmos na discussão sobre a realidade concreta, pois, no “período epistemológico”, em vez de perguntar pelo “Ser”, a filosofia passa a se perguntar pelo conhecimento. A epistemologia torna-se a disciplina fundamental e a verdade o conceito-chave” (PORTA, 2007, p. 160).

Além disso, Husserl critica a concepção kantiana de que o conhecimento é estruturado *a priori* pelas categorias do entendimento. Para Husserl, as categorias do entendimento, como vimos anteriormente, são apenas uma das formas de estruturação do conhecimento. Husserl defende a existência de uma estrutura mais fundamental, a intencionalidade da consciência, questão que Kant não abordou em sua epistemologia.

A ênfase de Husserl na intencionalidade da consciência tornará a sua produção intelectual ainda mais robusta e aberta ao desenvolvimento filosófico, pois “este conceito significa, de acordo com a filosofia medieval, dirigir-se para visar alguma coisa e, nesse sentido, toda consciência é “consciência de” (CARVALHO, 2012, p.5), ou seja, a capacidade da consciência de se dirigir aos objetos.

Deste modo, faz-se necessário compreendermos como se dá a gênese do conhecimento a partir da fenomenologia. Sabemos que o processo de conhecer inicia da relação entre sujeito e objeto, contudo Husserl acrescenta um outro elemento fundamental, a intencionalidade da consciência do sujeito que se dirige ao objeto.

3.2 Como Husserl compreende a relação entre sujeito e objeto e o conceito de intencionalidade

A fenomenologia foi desenvolvida no século XX e surge como uma resposta à crise do pensamento filosófico da época, que se viu incapaz de lidar com as questões fundamentais sobre a natureza da realidade e a possibilidade da filosofia criar conhecimento objetivo. Entretanto, Husserl



questionou a noção tradicional de que a realidade existe independentemente de nossa percepção, como afirmara Schopenhauer: “o mundo, em seu todo, é tão dependente de nós quanto nós, em particular, somos dependentes dele” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 69).

A partir desta perspectiva, Husserl propôs uma abordagem fenomenológica que se centra na experiência subjetiva do indivíduo como ponto de partida para compreender a realidade; “pelo ver, tocar, ouvir, etc., nos diferentes modos de percepção sensível, as coisas corpóreas se encontram simplesmente aí para mim” (HUSSERL, 1980, p. 73).

Husserl argumenta que a fenomenologia é uma ciência que estuda a essência das coisas, tais como elas aparecem na consciência do sujeito. “Para Husserl, ‘fenômenos’ são os “múltiplos modos subjetivos de doação [intencionalidade] graças aos quais temos consciência dos objetos” (HUSSERL, 1980, p. 16). Husserl alega que:

Trata-se, exclusivamente, do halo de consciência inerente à essência de uma percepção efetuada no modo do “estar voltado para o objeto” e, mais ainda, daquilo que está contido na própria essência desse halo mesmo. Ora, faz parte dessa essência que certas modificações do vivido originário sejam possíveis, modificações que designamos como livre mudança do “olhar” – não exatamente e meramente do olhar físico, mas do “olhar do espírito” (HUSSERL, 1980, p. 87).

Assim, a fenomenologia se concentra na descrição da experiência imediata, dando grande importância ao que é sentido e percebido subjetivamente e buscando encontrar o que há de essencial e único em cada fenômeno. Esta nova abordagem permitiu uma reconstrução radical da filosofia, bem como uma transformação da visão de mundo, visto que negou a existência objetiva do mundo em si, pois “Toda percepção de coisa tem, assim, um halo de intuições de fundo, e este também é um ‘vivido de consciência’ ou, mais brevemente, ‘consciência’” (HUSSERL, 1980, p. 87). Sobre a questão do “o ser em si” argumenta Capalbo (1983):

O ser em si não se esconde atrás das aparências ou do fenômeno, mas a percepção do real só pode ser apreendida em perspectiva, em perfis. É a finitude irremediável da percepção. “É da essência do percebido, não poder ser objeto da exploração exhaustiva, mas sim de desvelar-se progressivamente e de ser apreendido em perspectiva” (CAPALBO, p.15).

Por isso, a fenomenologia foi e é um marco importante no pensamento filosófico ocidental, tornando-se base para diversas correntes posteriores, como o existencialismo, a hermenêutica, a psicologia fenomenológica, entre outras. Ao redor do mundo, vários autores se inspiraram nessa corrente e acrescentaram sua própria abordagem, incluindo latino-americanos como Enrique Dussel e Emmanuel Levinas.



Segundo Edmund Husserl, o fenômeno é tudo aquilo que se apresenta à consciência, ou seja, é a experiência imediata que temos do mundo. Assim sendo, “os objetos se ‘constituem’ graças aos atos da consciência, [...] essa consciência não precisa da realidade para existir e [...] a realidade, ao contrário, ‘depende’ da consciência” (HUSSERL, 1980, p. 15).

Por outro lado, une-se ao conceito de consciência a questão da intencionalidade, que é o conceito central na filosofia fenomenológica de Husserl e descreve a capacidade da consciência de “ir para além” de si mesma e apreender o mundo ao seu redor. A intencionalidade é o que permite à consciência perceber, imaginar, lembrar e pensar sobre coisas que estão além de si mesma. Ou seja, “a consciência não se dirige ao objeto puro e simples, mas sim ao objeto intencional, ao qual tal como este se manifesta subjetivamente a um eu, segundo seus distintos modos de doação ou fenômenos” (HUSSEL, 2006, p. 16).

Para Husserl, a relação entre sujeito e objeto é fundamental para a compreensão da filosofia fenomenológica. Ele argumenta que a consciência é intencional, o que significa que ela sempre se volta para um objeto. Esse objeto pode ser tanto uma entidade física quanto uma ideia abstrata.

Assim sendo, a fenomenologia “não considera, de maneira inseparável, o ato e o objeto que ele visa, mas estabelece sua união mediante a estrutura básica da consciência, a intencionalidade” (HUSSERL, 1980, p. 10). Ainda quanto a questão da intencionalidade, afirma Husserl (1980):

“A estrutura básica da consciência, a intencionalidade, [...] revela a impossibilidade de um ato da consciência não ter um objeto, não visar um objeto. Isto não significa, contudo, que a consciência vise seus objetos de uma mesma maneira, nem também que esses objetos se apresentem para a consciência e um mesmo modo.” (HUSSERL, p. 10).

Edmund Husserl não impõe distinção entre sujeito e objeto, pois a relação entre os dois é ontologicamente interdependente e inseparável. Ele argumenta que o sujeito não pode existir sem o objeto e vice-versa. A consciência é sempre uma consciência de algo, e o objeto é sempre um objeto de alguma consciência. Ou seja:

A cadeira não está jamais na consciência. Nem mesmo como imagem. Não se trata de um simulacro da cadeira que penetra imediatamente na consciência [...] trata-se de um certo tipo de consciência, isto é, de uma organização sintética que se relaciona diretamente com a cadeira existente e cuja essência íntima é precisamente relacionar-se de tal e tal maneira à cadeira existente (SARTRE, 2005, p.19).



A intencionalidade, portanto, é uma condição para a existência tanto do sujeito quanto do objeto. Deste modo, a relação entre sujeito e objeto é de reciprocidade, e cada um é essencial para a existência do outro.

3.3 O que significa retornar às coisas mesmas?

Trata-se de um conceito fundamental para a filosofia de Edmund Husserl. Segundo Husserl, a filosofia deveria ser uma busca pela compreensão direta e imediata das coisas como elas são em si mesmas, ou seja, além de qualquer interpretação ou concepção prévia. Isso requer que o filósofo suspenda temporariamente seus preconceitos e suposições e se concentre na descrição minuciosa e sistemática do que aparece diretamente em sua consciência.

O objetivo final de Husserl é fornecer uma descrição completa e rigorosa da essência das coisas, a partir da qual a filosofia possa se reconstruir como uma disciplina rigorosa e objetiva. Assim, "retornar às coisas mesmas" significa retornar à experiência direta das coisas, sem as preconcepções e interpretações que tendemos a projetar sobre elas.

Como dizia o filósofo francês, coloquemos “entre parêntesis as relações espontâneas da consciência com o mundo, não para negá-las, mas para compreendê-las” (MERLEAU-PONT, 1990, p. 158-159). Isso requer uma atitude crítica e reflexiva em relação às nossas próprias suposições e concepções, e uma disposição para deixá-las de lado a fim de ver as coisas como elas realmente são.

Para Husserl, a filosofia de Kant permaneceu dentro dos limites da subjetividade, apesar de sua tentativa de superar esse problema na *Crítica da Razão Pura*. Husserl argumenta que Kant considerou a coisa em si como algo incognoscível, algo que está além das nossas capacidades cognitivas. Isso significava que a filosofia kantiana foi limitada às características da subjetividade: o modo como a mente humana percebe e elabora as informações que recebe, incorrendo, por conseguinte, no que chamamos de psicologismo. Sobre isto, afirma Husserl (1980):

“O psicologismo [...] não consegue resolver o problema fundamental da teoria do conhecimento, ou seja, o problema de como é possível alcançar a objetividade; ou [...] como é possível que o sujeito cognoscente alcance, com certeza e evidência, uma realidade que lhe é exterior e cuja existência é heterogênea à sua” (HUSSERL, p. 6).

Assim, Husserl contrapõe Kant ao argumentar que a filosofia deve ser capaz de alcançar a verdade objetiva e compreender a natureza das coisas em si mesmas, independentemente de como as percebemos. Enquanto Kant acreditava que a coisa em si era um limite para o conhecimento



humano, Husserl, por outro lado, acredita que podemos e devemos explorar a verdade objetiva além das limitações da subjetividade.

4 Considerações finais

Em suma, este trabalho não tem a intenção de esgotar a abordagem do problema do Criticismo e da Fenomenologia, temáticas que devem ser sempre debatidas na esteira filosófica e com bastante cuidado em razão de sua complexidade e robustez argumentativa. Contudo, a análise da influência da epistemologia de Kant na Fenomenologia de Husserl revela que essas duas perspectivas filosóficas são fundamentais para a compreensão da natureza do conhecimento e da consciência humana.

No entanto, enquanto Kant argumentou que o conhecimento é condicionado pelas estruturas mentais inatas, Husserl ressaltou a importância da consciência intencional na nossa experiência perceptiva. A Fenomenologia de Husserl, por sua vez, levou a novas perspectivas sobre a relação entre sujeito e objeto, e é considerada por muitos como uma das mais importantes correntes filosóficas do século XX. Em última análise, a epistemologia de Kant e a Fenomenologia de Husserl continuam a influenciar o pensamento filosófico até hoje.

A fenomenologia de Husserl proporcionou importantes contribuições para o pensamento contemporâneo, entre elas podemos enfatizar a investigação da consciência: Husserl explorou a consciência de forma intensiva, o que permitiu uma compreensão mais profunda sobre como a percepção influencia o entendimento do mundo e a nossa capacidade de agir sobre ele.

Quanto à defesa da subjetividade, Husserl desenvolveu o que possibilitou a compreensão da subjetividade como uma perspectiva fundamental para o entendimento da realidade. Dessa forma, a fenomenologia nos convida a considerar que a nossa percepção do mundo é influenciada por nossa subjetividade.

Husserl não apenas criou a fenomenologia como um novo método para a filosofia, mas também contribuiu significativamente para o desenvolvimento de muitos outros campos, incluindo a psicologia, a sociologia e as ciências cognitivas. Influenciando alguns filósofos contemporâneos que trabalham com o método fenomenológico, tais quais: Maurice Merleau-Ponty, Jean-Luc Marion, Emmanuel Levinas, Martin Heidegger e Edith Stein.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª Edição. Editora Martins Fontes. SP. 2007.



- ALES BELLO, Angela, *Fenomenologia e ciências humanas*. Edusc 2004. Baruaru-SP.
- CARVALHO, André Feire. *O método fenomenológico de Edmund Husserl*. VI Colóquio Internacional, “Educação e Contemporaneidade”. São Cristovão – Se/Brasil. 2012.
- CAPALBO, C. *Fenomenologia e Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1983.
- CASSIRER, E. *El problema del conocimiento*, Trad. Wenceslau Roges. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993.
- DELEUZE, Gilis. *A filosofia crítica de Kant*. RJ 1963.
- DEPRAZ, Natalie. *Compreender Husserl*. 2ª edição. Vozes. RJ 2008.
- HUSSERL, Edmund OS PENSADORES. *Investigações Lógicas*. Nova Cultura Int., Husserl, RJ 1980.
- _____, Edmund. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: Introdução geral à fenomenologia pura*. Prefácio de Carlos Alberto Ribeiro de Moura; tradução Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. (Coleção Subjetividade Contemporânea)
- _____. Edmund. *Ideias para uma fenomenologia pura*. Prefácio de Moura in HUSSERL. Edições 70. RJ 2008.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Merleau-Ponty na Sorbonne: resumo de cursos filosofia e linguagem*. Campinas-SP. Papyrus, 1990.
- PAISANA, João. *Fenomenologia e Hermenêutica: a relação entre as filosofias de Husserl e Heidegger*. Lisboa: Editora Presença, 1992.
- PASCAL, George, *Compreender Kant*. 3º edição. Vozes 2007.
- PORTA, Mario Ariel Gonzales. *A filosofia a partir de seus problemas*. Loyola. SP 2007.
- KANT, Immanuel. *Prolegômenos*, Prefácio, trad. de A.P. de Carvalho, Comp. Nac. SP 1959.
- SARTRE, J-P. *O Ser e o Nada*. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente*. São Paulo: Unicamp, 2019.

Recebido: 15-05-2024

Aceito: 29-08-2024